

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SINDXF-SP

CSP
CSP
CSP

Em defesa da AMAZÔNIA

NÃO É À TOA
QUE ESSE PAÍS
TEM NOME DE
ARVORE

Amazônia em Chamas

De “capitão motosserra” a “Nero”. Assim, com profunda ironia e descaso, o presidente da república, Jair Bolsonaro, falou sobre a fama que tem de tentar destruir a Amazônia e tentou justificar os incêndios que, na ocasião, já consumiam a floresta, em números recordes há vários dias. “É época de queimada por lá”, disse aos jornalistas no dia 20/08, na entrada do Palácio da Alvorada.

Na mesma entrevista, o chefe do Executivo declarou ser impossível o uso do exército para combater o fogo, devido à grande dimensão da Floresta Amazônica. “O pessoal está pedindo aí para eu colocar o Exército para combater. Alguém sabe o tamanho da Amazônia?”, comentou.



Fogo avança sobre a floresta amazônica

Foto: Reuters

A fama do presidente não é gratuita. A explosão dos índices de desmatamento e queimadas registradas em 2019 é consequência do passe livre dado pelo governo de Bolsona-

ro para extração ilegal de madeira, e para a ampliação da agricultura e da mineração.

O fogo, que consome a floresta, é resultado de uma política, no

mínimo, irresponsável do governo federal. Antes mesmo das queimadas virarem a notícia mais comentada, nacional e internacionalmente, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), alertava sobre o alarmante crescimento do desmatamento das florestas brasileiras. O Inpe divulgou, em julho, um aumento de quase 300% de desflorestamento no país, comparado ao ano de 2018.

Qual a medida adotada pelo governo federal para buscar solucionar problema apontado pelo Instituto? Ignorou todos os alertas emitidos, desqualificou os dados científicos do Instituto, ofendeu publicamente o diretor do órgão e por fim o demitiu do cargo.

MPF também alertou o governo

O Ministério Público Federal (MPF) do Pará enviou um ofício ao Ibama, órgão do Ministério do Meio Ambiente, comunicando que produtores rurais pretendiam realizar uma queimada, no município de Novo Progresso/PA, como forma de manifestação. O alerta foi enviado três dias antes da data agendada para os incêndios.

O documento do MPF também cobrava um plano de contingência do Ibama em caso de “confirmação do referido evento”. A resposta do Ibama ao MPF, datada do dia 12/08, informa que “a Coordenação de Operações de Fiscalização e o Núcleo de Inteligência da Superintendência do Pará haviam sido comunicadas sobre a iminên-

cia dos incidentes e ressalta que devido aos diversos ataques sofridos e à ausência do apoio da Polícia Militar do Pará” as ações de fiscalização estavam prejudicadas por “envolverem riscos relacionados à segurança das equipes em campo”.

O documento, assinado por Roberto Victor Lacava e Silva, gerente executivo substituto do Ibama, também destaca que já haviam sido “expedidos ofícios solicitando o apoio da Força Nacional de Segurança”. O Ibama afirma ainda que não havia tido resposta sobre o pedido.

O MPF do Pará relata que funcionários do Ibama vinham sofrendo ataques por parte de madei-



Paca morta em área destruída pelo fogo, no dia 20/08/2019

Foto: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso

reiros e grileiros, sem contar com proteção policial.

Além de desconsiderar o monitoramento, o governo deu outro sinal verde para os desmatadores, ao retirar Força Nacional que deveria apoiar as ações dos fiscais do Ibama contra as queimadas. Esse

tipo de postura estimulou o movimento do “dia do fogo”.

As chamas, que avançam descontroladamente, e continuam queimando a floresta, matando animais, contaminando o solo, o ar e água, são fortes indícios que o plano foi colocado em prática.

Dia do Fogo

As queimadas atingiram índices alarmantes, após fazendeiros anunciarem que promoveriam um “dia do fogo”, entre os dias 10 e 11 de agosto, ao longo da BR-163, no sudoeste do Pará.

Essas ações são usadas como uma técnica de “limpeza natural”, no entanto, nessa época do ano são ilegais devido ao risco elevado de se espalharem. Foi o que aconteceu.

Dados do Inpe mostram o tamanho da destruição. No sábado (10), em Novo Progresso, foram contabilizados 124 focos de incêndio. Um aumento de 300% em relação ao dia anterior. No domingo, foram 203 casos. Outra cidade bastante atingida foi Altamira, com 194 casos no sábado e 237 no dia seguinte.

Descontrolado, o fogo avançou para outros estados e atingiu Colônia/MT, Porto Velho/RO e Apuí/AM. Sem chuvas, a ação incons-



O chamado ‘Dia do Fogo’ ocorreu em 10 de agosto de 2019

Foto: Reuters

quente segue destruindo a vegetação, os animais e o solo.

O Programa de Queimadas do Inpe revela que a Floresta Amazônica é o bioma mais afetado pelo fogo intenso. Superando até o Cerrado que, nos anos anteriores, por suas características climáticas e de vegetação, esteve à frente nessas estatísticas. Em 2019, dois em cada três focos de incêndios, registrados no mês de agosto, ocorreram na Amazônia. Vale destacar que esses dados são frutos de imagens de sa-

télites captadas pelo Inpe.

O monitoramento indicou mais de nove mil novos focos de incêndio, entre os dias 15 e 21 de agosto, apenas na Floresta Amazônica, considerada vital no combate ao aquecimento global.

Especialistas são unânimes em relacionar as queimadas ao processo de desmatamento. O período seco característico do inverno, até contribui para espalhar as chamas, no entanto, as causas naturais são insuficientes para explicar a gravidade

dos incêndios desse ano.

As labaredas já atingiram inclusive áreas de proteção ambiental: 68 incêndios foram registrados em territórios indígenas e áreas de conservação somente entre os dias 18 e 21/08, a maioria deles na região amazônica.

A intensidade do fogo também foi registrada, do espaço, por satélites da Nasa. Rondônia, Pará, Amazonas e Mato Grosso são os estados mais atingidos de acordo com as imagens.

Consequência das queimadas

A intensificação das queimadas trouxe consequências. Primeiro nos arredores onde teve início o incêndio. A fumaça encobriu as cidades da região obrigando até os aeroportos a cancelarem voos devido à falta de visibilidade.

A saúde humana também é fortemente afetada. A lista de problemas provocados pela inalação da fumaça



Fogo destruiu 50% da área florestal da comunidade, onde mora Isaká Huni Kuin (80), e Buni (60), pais do cacique Mapu

Foto: Ramon Aquino

de queimadas florestais é grande. Os mais leves são dor e ardência na garganta, tosse seca, cansaço, falta de ar, dificuldade para respirar, dor de cabeça, rouquidão e lacrimejamento e vermelhidão nos olhos.

Também podem provocar doenças cardiovasculares, insuficiência respiratória e pneumonia. Além de quadros alérgicos, e, quando a exposição é permanente, há o risco de desenvolvimento de câncer. Em alguns casos, pode até causar a morte.

Os extremos de idade, ou seja, crianças e idosos, são os que mais sofrem, por serem mais sensíveis. É importante destacar que não são apenas as pessoas que vivem próximas às áreas onde são comuns os incêndios florestais que sofrem com a fumaça.

Em situação de queimadas mais intensas, como as que o país vive nas últimas semanas, a névoa provocada pelo fogo pode viajar milhares de quilômetros e atingir outras cidades, estados e até países.

Anoitecer fora de hora em São Paulo



O dia virou noite no meio da tarde em São Paulo

Foto: Folha/Uol

No dia 19 de agosto, São Paulo foi surpreendida com o anoitecer precoce. Eram apenas 15h da tarde, quando o dia virou noite. A iluminação pública acendeu, mas parecia ser insuficiente para atravessar a escuridão fora de hora.

No entanto, mais impactante que o anoitecer inesperado é a explicação de tal fenômeno. O acontecimento está relacionado à chegada de uma forte frente fria, acompanhada de ventos carregados de fuligens pro-

duzidas pela pior série de incêndios florestais registrados no Brasil.

Meteorologistas confirmaram que uma frente fria em união a um corredor de fumaça, causado pelas queimadas que estão ocorrendo na região amazônica, no Paraguai e na Bolívia, foram os causadores do fenômeno.

A influência da fumaça das queimadas no céu escurecido foi confirmada por agências meteorológicas e por imagens da Nasa.

Política ambiental

Bolsonaro, coerente com suas propostas de campanha e visando atender os interesses dos empresários do agronegócio, investe pesado no desmonte das estruturas de fiscalização e da legislação ambiental.

O descomprometimento de Bolsonaro com as causas ambientais, fica evidente nas iniciativas adotadas desde o começo do governo. A começar pela nomeação de Ricardo Salles para conduzir o Ministério do Meio Ambiente, condenado - em primeira instância - por fraude na elaboração de plano de manejo em uma Área de Proteção Ambiental (APA) em favor de empresas mineadoras.

Em oito meses de governo, seus discursos constantemente sinalizam para a flexibilização dos controles de desmatamento e defendem a exploração do agronegócio e do garimpo em terras indígenas. Além disso, esse governo liberou o uso de quase 300 agrotóxicos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Outro ponto relevante, e que im-



Foto: Ricardo Funari/Getty Images

pacta diretamente na catástrofe do momento, é a destruição do sistema de fiscalização ambiental. O esvaziamento e enfraquecimento do Ibama e do ICMBio, o desrespeito aos cientistas e suas pesquisas, escancararam o desprezo desse governo pelo meio ambiente.

Em abril, ruralistas e fazendeiros se reuniram com o governo federal para cobrar o fim da fiscalização ambiental em troca do apoio que deram a Bolsonaro nas eleições 2018. Diante da pressão, o presidente precisava dar uma resposta rápida. O resultado é possível sentir no ar cheio de fumaça.

Corte de verbas

O Ministério do Meio Ambiente cortou 38,4% das verbas destinadas a prevenção e controle de incêndios florestais, equivalente a R\$ 17,5 milhões. Além disso, praticamente zerou o orçamento para implementar políticas sobre mudanças climáticas no Brasil. A pasta bloqueou 95% dos R\$ 11,8 milhões que o programa tinha. O esvaziamento da iniciativa coincide com a ideia inicial do presidente Jair Bolsonaro de retirar o país do Acordo de Paris, que estabelece metas para limitar o aquecimento global.

Na mesma linha, a ação de licenciamento ambiental federal perdeu 42% da verba de R\$ 7,8 milhões. Já, o programa de apoio à criação de unidades de conservação perdeu R\$ 45 milhões, ou um quarto de seu orçamento.

No meio desse caos, o presidente Jair Bolsonaro disse que Brasil não precisa do dinheiro do Fundo Amazônia. Mesmo realizando cortes drásticos no orçamento da área ambiental, o governo entrou em rota

de colisão com países como Alemanha e Noruega, que desde 2008 são responsáveis por financiar projetos de preservação da floresta brasileira. Os repasses de dinheiro foram suspensos.

O Fundo Amazônia contou, nos últimos 10 anos, com 93,8% de verba da Noruega e 5,7% da Alemanha, além de 0,5% de recursos da Petrobras, para ações de combate ao desmatamento e desenvolvimento sustentável.

Essas verbas financiavam, por exemplo, meios de transporte especiais, como veículos 4x4 e helicópteros, que são necessários para a realização das vistorias realizadas pelo Ibama na região.

Desde 2016 o Ibama recebe recursos do fundo para bancar o aluguel de veículos especiais em operações na Amazônia. De 2016 a 2018, pelo menos 466 missões de fiscalização do órgão foram bancadas pelo fundo. Ao todo, essas ações geraram aplicação de mais de R\$ 2,5 bilhões em multas.

Aumento das queimadas X redução de multas

Ao mesmo tempo que as queimadas aumentam e atingem índices assustadores, a emissão de multas pelos órgãos de fiscalizações despencou. Aqueda nas autuações chegou a 29,4% em relação ao ano passado. A situação ocorre em todo o país, mas se destaca na Amazônia; no Pará, unidade do Ibama deixou de agir no 'dia do fogo' por falta de apoio da PM.

Enquanto o Ibama possui poder de polícia na área ambiental, atuando inclusive em áreas

de particulares, o ICMBio tem a função de cuidar das unidades de conservação (UCs) federais. Dentro delas, exerce poder de polícia ambiental.

No entanto, os órgãos, ambos ligados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram enfraquecidos, desde a chegada de Bolsonaro ao poder. Certamente a queda no número de multas está ligada a sinais emitidos pelo governo federal contra a fiscalização e os servidores, também ocorreram trocas injustificadas de profissionais em postos-chave do Ibama e do ICMBio.

A queda no número de multas também se verifica quando o levantamento leva em conta apenas as ocorrências nos nove Estados brasileiros que integram a Amazônia Legal (AC, AP, AM, MT, PA, RO, RR, TO e MA). Em todos os tipos de infração, a queda foi de 25,6%. E quando se considera só os crimes ambientais contra a flora nesses Estados, a redução é ainda mais drástica: de 42,4%.



Foto: Ditec Ibama/AM

Ibama agoniza com destruição e fechamento de bases



A Avenida Paulista ficou lotada em defesa da Amazônia

Foto: Reprodução Google

Cargos chaves estão vagos

Das 27 superintendências do Ibama no DF e nos estados, 19 estão hoje vagas - isto é, sem chefe definitivo, sendo tocadas por substitutos. Nos nove Estados da Amazônia Legal, em só uma superintendência - a de Mato Grosso - foi nomeado um chefe definitivo.

Repercussão Internacional

A repercussão dos incêndios que consomem a Amazônia, agravada pela evidente postura antiambientalista, reafirmada na ausência de ações para impedir o avanço do desmatamento, ultrapassou as fronteiras brasileiras, não somente nos protestos dos trabalhadores pelo mundo.

O tema também foi pauta da reunião do G7 – Grupo dos sete países economicamente mais poderosos do planeta. Os líderes do grupo aprovaram disponibilizar 20 milhões de euros (cerca de R\$ 91 milhões) visando o combate ao fogo e um plano de reflorestamento.

Não temos dúvidas de que todas as medidas possíveis para conter a destruição da floresta são urgentes e necessárias. Não podemos ter ilusões, porém, na “bondade” da cúpula desses países. Simplesmente, por ser impossível defender a floresta e sua biodiversidade sem ferir os interesses dos poderosos. Esses mesmos governos, que se colocam como defensores obstinados da Amazônia, não abrem mão de obter lucros na exploração da região, além de serem responsáveis pela destruição das riquezas naturais pelo mundo.

Bolsonaro, porém, de forma esdrúxula, arrogante e irresponsável, recusa a ajuda para conter o incêndio, não porque esteja preocupado com a soberania do país. Apenas usa o falso argumento de que a Amazônia é nossa para evitar



Reunião do G7 em agosto, na França

Foto: Carlos Barria/Reuters

qualquer interferência em sua política de destruição do meio ambiente e favorecimento do agronegócio e das mineradoras.

O discurso nacionalista do presidente não se sustenta e cai por terra rapidamente. Se Bolsonaro rejeita a “ajuda” dos Europeus, por outro lado, já deu diversos sinais de incentivo à privatização da Amazônia, em parceria com o Estados Unidos e até de avançar na exploração de minérios em terras indígenas.

O presidente deixou evidente que defende abertamente os grandes interesses capitalistas, recusando explicitamente as mínimas iniciativas de preservação da natureza.

Portanto, nem Bolsonaro, nem Trump, nem Macron. A defesa da Amazônia passa pelas mãos dos trabalhadores, organizados e nas ruas, protestando contra todos os governos que colocam os lucros acima da vida e do planeta.

Bolsonaro sai, Amazônia fica!

Desde o dia 23 de agosto milhares de pessoas foram às ruas em defesa da Amazônia e contra sua política de destruição do meio ambiente promovida por Bolsonaro. A chama da indignação foi acessa e certamente o povo não vai sair das ruas enquanto suas pautas não forem atendidas.

No mesmo dia em que os protestos começaram, Bolsonaro discursou em rede nacional prometendo que iria averiguar as queimadas na Amazônia. No entanto, não o fez por considerar os incêndios um problema grave e reconhecer o equívoco da política ambiental adotada até o momento. Só veio à público por temer a ameaça imperialista de sanções econômicas ao Agronegócio. Afinal, ele tem compromissos com os latifundiários e qualquer sanção econômica faria um verdadeiro estrago a economia do país.

Mesmo assim, de forma mais branda, afirmou que está tudo normal e sob controle. Ao mesmo tempo, colocou as forças armadas a disposição para combater o fogo. Mais uma vez apelando para a política de militarização.

Na sequência, defendeu a privatização da Amazônia, mostrando que o interesse não é preservar a floresta e sua biodiversidade, mas explorá-la. O presidente já propôs a exploração da região à países como Estados Unidos e Japão.

Greve Global em defesa do Clima

Estudiosos alertam que se o desmatamento não for contido a Floresta Amazônica não tem condições de sustentar o funcionamento do seu ecossistema. Para alguns, a recuperação da floresta já está comprometida e, se atingirmos 20% de desmatamento, a Amazônia não conseguirá mais se recuperar, ou seja, não conseguirá mais captar CO₂ (Gás Carbônico) e, somada a outras ações, contribuirá para causar um caos climático e ambiental no mundo.

A defesa da Amazônia, que mobilizou milhares de pessoas em diversas cidades do país, irá fortalecer a Greve Global pelo Clima,



Greve global pelo clima é pautada em protesto

Foto: Zedu Moreau/Greenpeace

convocada para o dia 20 de setembro. Será a primeira participação expressiva do Brasil nesse movimento de caráter anticapitalista,

que atrai multidões crescentes de jovens desde o ano passado.

A devastação e o genocídio da Amazônia estão intimamente liga-

dos à instituição da propriedade privada capitalista na região. É isso que está por trás das imagens de satélites que registram as queimadas. Mas, a história de sua preservação é a história de 500 anos de lutas e resistências dos chamados povos da floresta. Não há outra saída além da resistência.

Não basta parar as queimadas. Os povos da floresta precisam resistir, em aliança com os trabalhadores urbanos e todos os oprimidos, para defender as suas vidas e as de todos nós. A Amazônia só vai parar de arder quando superarmos o sistema capitalista e a grande propriedade privada.